revista.uemg.br

Revista Ciência et Praxis

Vozes do trabalho digital: o trabalho subordinado por meio de plataformas digitais segundo percepção de trabalhadores

Voices of digital labor: the subordinated work by digital platforms according to the workers perception

Voces del trabajo digital: trabajo subordinado a través de plataformas digitales según la percepción de los trabajadores

Paula Maria Rattis Teixeira[1], Frederico Daia Firmiano[2]

[1] Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Boituva, São Paulo, Brasil e Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil.
[2] Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquista Filho", Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas, Franca, São Paulo, Brasil.

RESUMO

Introdução: No contexto das corporações centralizadas em tecnologias de informação e comunicação (TIC), empresas que se identificam como aplicativos ou plataformas digitais, sobretudo de prestação de serviços, formam um entre muitos modelos organizacionais possíveis do mundo do capital. Tais corporações têm imposto aos trabalhadores um novo modelo de organização do trabalho que demanda reflexões acerca da centralidade do valor-trabalho como eixo da reflexão teórica e do reconhecimento das formas contemporâneas de subsunção do trabalho ao capital.

Objetivo: Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa que objetivou ouvir as vozes do trabalho, sujeitos cuja força de trabalho está subordinada por meio de plataformas digitais.

Métodos: Trata-se de investigação exploratória e qualitativa, baseada na interlocução com a literatura disponível e realização de entrevistas semi-estruturadas com participantes recrutados por conveniência, por meio da técnica *snowball*. Foram entrevistados oito trabalhadores e suas entrevistas submetidas à análise temática (AT).

Resultados: A partir da análise das entrevistas foi possível a identificação e investigação de quatro dimensões do mundo do trabalho: o trabalho como oportunidade; as características concretas das relações laborais mediadas por plataformas digitais; a precariedade e a precarização do trabalho; e as estratégias, individuais e coletivas, de enfrentamento da situação presente desses trabalhadores.

Conclusão: Conclui-se que, se características identificadas, inicialmente, como "oportunidade" e "autonomia" do trabalho subordinado por plataformas digitais tendem a aparecer como qualidade positiva desta forma contemporânea das relações laborais, as jornadas extenuantes, associadas a baixos ganhos financeiros revelam o contraditório do trabalho na consciência prática do trabalhador.

Palavras-chave: Quarta Revolução Industrial; Plataformas Digitais de Trabalho; Precarização Social do Trabalho; Uberização.

Correspondência:
Paula Maria Rattis Teixeira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Boituva, Brasil
Email: paula.teixeira@ifsp.edu.br

ABSTRACT

Introduction: In the information and communication technologies (ICT) corporation's context, companies that identify themselves as digital platforms, especially for providing services, form one among many possible organizational models in the world of capital. Such corporations have imposed on workers a new model of work organization. This model demands reflections on the centrality of labor theory of value as an axis of theoretical reflection and recognition of contemporary forms of subsumption of work to capital.

Objective: This manuscript presents results of a research that aimed to listen to the voices of labor, subjects whose workforce is subordinated by digital platforms.

Methods: This is an exploratory and qualitative research, based on the dialogue with the literature, and whose data collection was done through semi-structured interviews with participants recruited by convenience, through the snowball technique. Eight workers were interviewed and their interviews were submitted to thematic analysis (TA).

Results: Based on the analysis of the interviews, it was enabled to identify and investigate four dimensions of the world of work: work as an opportunity; the work relations concrete characteristics mediated by digital platforms; the work precariousness; and the individual and collective coping strategies of these workers.

Conclusion: It is concluded that, if the characteristics initially identified as "opportunity" and "autonomy" of the subordinated work through digital platforms tend to appear as a positive quality of these contemporary labor relations, the strenuous workdays associated with low financial gains, reveal the contradictory of work in the worker practical conscience.

Keywords: Fourth Industrial Revolution; Digital Work Platforms; Social Precariousness of Work; Uberization.

RESUMEN

Introducción: En el contexto de las corporaciones centralizadas en tecnologías de la información y la comunicación (TIC), las empresas que se identifican como aplicaciones o plataformas digitales, especialmente para la prestación de servicios, forman uno entre tantos modelos organizacionales posibles en el mundo del capital. Tales corporaciones han impuesto a los trabajadores un nuevo modelo de organización del trabajo que demanda reflexiones sobre la centralidad del valor-trabajo como eje de la reflexión teórica y del reconocimiento de las formas contemporáneas de subsunción del trabajo al capital.

Objetivo: Este trabajo presenta resultados de una investigación que tuvo como objetivo escuchar las voces del trabajo, sujetos cuya fuerza de trabajo está subordinada a través de plataformas digitales.

Métodos: Se trata de una investigación exploratoria y cualitativa, basada en el diálogo con la literatura disponible y en entrevistas semiestructuradas con participantes reclutados por conveniencia, por media de la técnica esnowball. Ocho trabajadores fueron entrevistados y sus entrevistas sometidas a análisis temática (AT).

Resultados: A partir del análisis de las entrevistas, fue posible identificar e investigar cuatro dimensiones del mundo del trabajo: el trabajo como oportunidad; las características concretas de las relaciones laborales mediadas por plataformas digitales; la precariedad y la precarización del trabajo; y las estrategias individuales y colectivas de confrontación de la situación actual de los trabajadores.

Conclusión: Se concluye que, si las características inicialmente identificadas como "oportunidad" y "autonomía" del trabajo subordinado por plataformas digitales tienden a aparecer como una cualidad positiva de esta forma contemporánea de relaciones laborales, las jornadas agotadoras, asociadas a bajas ganancias financieras, revelan el contradictorio del trabajo en la conciencia práctica del trabajador.

Palabras-clave: Cuarta Revolución Industrial; Plataformas Digitales de Trabajo; precarización social del trabajo; uberización del trabajo.

INTRODUÇÃO

Desde a Terceira Revolução Industrial, a partir de meados do século XX, o sistema produtivo do capital vem experimentando grandes transformações decorrentes da reestruturação permanente das formas de extração de mais-trabalho, tendo como característica importante a incorporação dos avanços técnico-informacionais nos campos da robótica, biotecnologia, química fina, nanotecnologia, entre outros. Mais recentemente, inteligência artificial, big data, internet das coisas, realidade aumentada, até então restritas à esfera dos laboratórios e das empresas e certos ramos da economia, alcançaram a vida cotidiana, no curso da assim chamada Quarta Revolução Industrial ou Indústria 4.0.

No contexto das corporações centralizadas em tecnologias de informação e comunicação (TIC), empresas que se identificam como aplicativos ou plataformas digitais (entendidas como softawares que possibilitam interações online entre seus usuários) sobretudo de prestação de serviços, formam um entre muitos modelos organizacionais possíveis do mundo do capital e, atualmente, se enquadram no que tem sido chamado de gig economy, crowdwork (DE STEFANO, 2016) ou, como esse processo é comumente designado no Brasil, uberização (ABÍLIO, 2019).

Como salientam Abílio, Amorin e Grohmann (2021, p. 27-28):

> O desafio contemporâneo frente a esse novo tipo de organização envolve elementos complexos e armadilhas teórico-políticas. Reside em compreender as plataformas digitais como um novo meio poderoso pelo qual as relações de trabalho vêm se reestruturando, sem, entretanto, incorrer em um determinismo tecnológico que mistifique os processos sociais que envolvem décadas de flexibilização e transformação no trabalho, e que se materializam nas plataformas digitais, embora de forma obscura. Com base nessa perspectiva, o desafio também reside na compreensão de uma tendência que precede e ultrapassa as plataformas digitais, relacionada ao elemento central da uberização, qual seja, a consolidação e gerenciamento de multidões de trabalhadores como trabalhadores just-in-time [...]

Diante desse contexto, Filgueiras e Antunes (2020) propõem quatro dimensões que seriam definidoras das relações de trabalho firmadas no âmbito das plataformas digitais: a) contatos remotos ou online entre trabalhadores e empresas, produtores e consumidores; b) relacionamentos a partir do uso de aplicativos ou plataformas em computadores ou smartphones; c) coleta e análise de dados para organização e gestão das atividades dos indivíduos e empresas envolvidos nessas transações; e d) relações estimuladas por demanda.

Em artigo recente, Abramovay (2021) argumentou que o maior problema desse "modelo de trabalho digital" é que intensifica a polarização social do mercado de trabalho. Essa polarização, no entanto, não parece se restringir a ocupações de postos de trabalho por profissionais qualificados, mas atinge ao conjunto da classe trabalhadora. Neste trabalho, assumimos o argumento de que as novas TIC já estão ditando um "novo modelo de trabalho" que, em breve, poderá se tornar predominante e cujas contradições se manifestam sob a forma de regressão das condições de trabalho – que, a despeito de suas semelhanças com aquelas registradas quando da Primeira Revolução Industrial, em razão das longas e extenuantes jornadas, baixos salários e condições precárias de saúde (ANTUNES, 2020), não se identificam hoje a um suposto processo de acumulação primitiva, mas a tendência à redução da margem de viabilidade produtiva do capital, no contexto de crise estrutural do sistema (MÉSZÁROS, 2009). Ademais, consideramos a centralidade do valor-trabalho como eixo da reflexão e do reconhecimento das formas contemporâneas de subsunção do trabalho ao capital. Nesse sentido, adotamos a definição proposta por Abílio, Amorin e Grohmann (2021) de trabalho subordinado por meio de plataformas digitais, a fim de demarcar que não se trata da mera mediação das plataformas digitais.

Buscamos, neste artigo, explorar aquilo que Antunes (2020) chamou de trípode destrutiva sobre o trabalho. Para este autor, terceirização, informalidade e flexibilidade impõem, recentemente, novos modelos de trabalho, marcados pela intermitência, precarização das relações de trabalho e corrosão do sistema legal de proteção do labor. O trabalho realizado por intermédio de plataformas digitais emerge, então, como manifestação de formas de produção de valor que conduzem tendencialmente à degradação das relações laborais. Isto, em um contexto prévio de superexploração da força de trabalho (ALVES, 2007). Vale mencionar aqui a importante nota feita por Santos (2020), segundo a qual

os efeitos da utilização de plataformas digitais como mediação do trabalho se dão de formas distintas no centro e na periferia do mundo globalizado.

O sistema global do capital, ao atingir seus limites absolutos, ingressou num estágio de crise estrutural, marcado pela tentativa da lei do valor de transcender a si própria, o que significa a emergência de distintas formas de acumulação/valorização do valor (MÉSZÁROS, 2009). É neste processo que compreendemos a emergência das novas TICs, subordinadas ao imperativo de expansão capitalista e que, graças à sua objetividade reificada, implica diretamente sobre o trabalho na qualidade de mediação do intercâmbio produtivo. Assim, as formas existentes e as possibilidades abertas pelas TICs, que eventualmente poderiam ser tomadas como meios de mitigação da penosidade do trabalho, não se realizam, sob pena de interferirem no imperativo da expansão do capital (MÉSZÁROS, 2009). Assim, tornam-se, antes, um expediente da degradação social do trabalho.

Partindo desta premissa, buscamos investigar a precariedade do trabalho. Para tanto, além da análise das condições concretas em que se estabelecem as relações laborais, entendemos que escutar as vozes do "trabalhador digital" – de tempo integral ou parcial – pode ser um ponto de partida para o estudo da precariedade do trabalho no contexto da Quarta Revolução Industrial. Tomamos como referência central para este estudo a percepção, ou mesmo a manifestação consciente do trabalhador posto a refletir sobre as condições do trabalho que exerce. A partir de uma pesquisa qualitativa e exploratória, buscamos investigar a subjetividade dos trabalhadores que desempenham atividades mediadas por plataformas digitais.

PERCURSO METODOLÓGICO

Este manuscrito apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Estudos ****, que objetivou ouvir, no período de 2 meses, indivíduos cujo trabalho é mediado por plataformas digitais que atuam em diferentes localidades do Brasil . Trata-se de uma investigação exploratória e qualitativa que, epistemologicamente, se aproxima daquilo que Braun e Clarke (2013) chamaram de pesquisa Big Q, ou seja, um estudo qualitativo elaborado a partir de um paradigma também qualitativo. Dessa forma, não se objetiva testar hipóteses ou fazer inferências a respeito do conjunto dos trabalhadores que atualmente trabalham sob as condições especificadas, mas capturar subjetividades e identificar padrões a partir de algumas histórias dentre as muitas que poderiam ser contadas.

Nessa direção, elaboramos um roteiro de entrevistas semi-estruturadas com 6 blocos de perguntas, de acordo com tópicos considerados de interesse para os objetivos de pesquisa. Os blocos de questões, bem como seu conteúdo encontram-se discriminados no Quadro 1.

Quadro 1. Roteiro da entrevista semi-estruturada

Tópico	Conteúdo
1- *Rapport*	Envolve questões introdutórias para estabelecimento de afinidade com a/o entrevistada/o.
2-Sociodemográfico	Inclui questões como idade, gênero, escolaridade, local de residência, renda, entre outros.
3-Condições de trabalho e organização do trabalho	Envolve questões relacionadas à jornada de trabalho, delimitação das atividades, flexibilidade, mecanismos de controle, autonomia, horários de trabalho, gerenciamento do trabalho, direção, disponibilização de materiais necessários ao trabalho, além de aspectos de saúde e segurança.
4-Relacionamento com a plataforma e remuneração	Inclui questões acerca de ferramentas de comunicação com a empresa, mecanismos de reclamação, definição de valores a receber, negociação de remuneração, poder de barganha e mecanismos de cadastro, dispensa e bloqueio.
5-Relacionamento com os colegas	Envolve questões que buscam capturar aspectos relacionados ao comportamento com os colegas que trabalham sob as mesmas condições, tais como individualização, competição, ajuda mútua e coletividade.
6-Percepção acerca da vida e trabalho	Envolve questões que buscam capturar aspectos relacionados com intermitência e informalidade, exploração, empreendedorismo, discriminação, qualificação, estilo de vida e projetos futuros.

Os participantes foram recrutados por conveniência, por meio da técnica snowball. O período de coleta de dados foi definido entre 24/09/2021 e 24/11/2021 e as entrevistas foram encerradas quando se constatou a saturação dos dados ao se considerar os tópicos 3 a 6 do Quadro 1.

Os dados coletados e expostos a seguir são achados referentes aos 8 entrevistados. Este material foi transcrito e analisado por meio de análise temática, conforme proposta de Braun e Clarke (2013). A análise temática (AT) desenvolvida pelas autoras se configura como um processo sistemático, porém flexível, composto de seis fases que incluem a leitura, codificação, procura por temas, elaboração de um mapa temático, definição dos temas e redação final. As codificações foram realizadas transversalmente, ou seja, para cada participante e, posteriormente, a definição de temas foi realizada em conjunto para todas as entrevistas analisadas (BRAUN; CLARKE, 2013).

Os entrevistados – cuja caracterização se encontra no Quadro 2 – são 4 homens e 4 mulheres. Seus nomes foram substituídos por outros, fictícios, a fim de garantir-lhes o anonimato. O estudo foi conduzido respeitando-se aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos, definidos pelas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e aprovado por Comitê de Ética, conforme Parecer Consubstanciado CEP/UEMG nº 4.997.832. Todos os trabalhadores foram entrevistados remotamente, quando lhes foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Quadro 2. Caracterização dos participantes

Participante	Caracterização
Aline	Casada com um filho, 28 anos, 2º grau completo, trabalha na Uber na cidade de Franca/SP.
Bruna	Divorciada, 2 filhos, 35 anos, superior completo, trabalhou na Uber durante 14 meses na cidade de Rio Claro/SP.
Caio	Casado, sem filhos, 22 anos, fundamental completo, trabalha no Ifood e Rappi como entregador por bicicleta na cidade de São Paulo/SP.
Daniel	Solteiro, com 1 filha, 28 anos, 2º grau completo. Trabalha como moto entregador na Uber Eats, Ifood e Rappi na cidade de São Paulo/SP.
Élcio	Solteiro, sem filhos, 27 anos, fundamental completo. Trabalha como motoentregador cadastrado no Ifood na cidade de Passos/MG.
Flávio	Casado, sem filhos, 29 anos, superior completo. Trabalha como designer gráfico na plataforma Crowd na cidade de São Paulo/SP.
Gabriela	Solteira, sem filhos, 31 anos, ensino médio. Trabalha na Uber, 88 e 99 na cidade de Ribeirão Preto-SP.
Helena	Solteira, com 1 filho, 59 anos, superior completo. Trabalha na Uber na cidade de Ribeirão Preto-SP.

AS VOZES DO TRABALHO SUBORDINADO POR MEIO DE PLATAFORMAS DIGITAIS: PRECARIEDADE E PRECARIZAÇÃO

A partir da análise do conteúdo das entrevistas foi possível agrupar a percepção de trabalhadores subordinados por meio de plataformas digitais em quatro grandes grupos temáticos. São eles: i) alternativa ao desemprego e oportunidade de melhoria das condições de vida; ii) relações de trabalho; iii) precariedade e precarização e iv) estratégias de enfrentamento das condições de precariedade do trabalho.

O trabalho subordinado por meio de plataformas digitais como alternativa ao desemprego e como oportunidade de melhoraria das condições de vida

De acordo com a PNAD Contínua do mês de março de 2021, que compilou dados dos meses de janeiro, fevereiro e março do mesmo ano, o Brasil contava com 14,81 milhões de trabalhadores desempregados. Esse número se agrava ao considerarmos os trabalhadores desalentados, aqueles que sequer procuram trabalho por acreditarem que não o conseguirão. Em março de 2021, eles eram 5,97 milhões de trabalhadores (IBGE, 2021). O aumento do desalento foi, inclusive, apontado como o efeito mais imediato da pandemia da Covid-19 sobre a classe trabalhadora (FIRMIANO; TEIXEIRA, 2021).

É justamente num contexto de desemprego estrutural (MÉSZÁROS, 2009), com aumento dos níveis de desocupação e desalento, que o trabalho subordinado por meio de plataformas digitais surge,

aparentemente, como uma oportunidade de obtenção de renda.

> "Como eu perdi meu antigo emprego em dezembro de 2019 e como meu marido trabalhava durante o dia e o carro ficava parado, então eu pensei em fazer um extra também durante o dia até eu terminar de receber o seguro [...]" (Aline).

A facilidade com a qual o trabalhador contrai este tipo de vínculo para o trabalho, como também é expresso pela fala acima, em geral, não é associada pelo trabalhador à informalidade do labor e ausência de direitos trabalhistas. Em nenhuma das entrevistas realizadas essa dimensão apareceu de modo imediato.

> "Demorou coisa de uns cinco dias mais ou menos pra eles aprovarem. É rápido [...]. Bom... foi uma coisa assim de... seria pra mim, no começo, uma coisa passageira e acabou que eu tô até hoje" (Aline).

Sob a perspectiva de Santos (2020), ao discutir-se precarização do trabalho a partir do incremento do uso de plataformas digitais deve-se considerar as maneiras distintas de sua manifestação em países do centro e da periferia do sistema global do capital, conforme assinalamos anteriormente. Assim, não seria coerente considerar que, em países da periferia do capital, o trabalho mediado por plataformas digitais conduza invariavelmente à precarização, visto que considerável parcela dos trabalhadores desses países jamais experimentou o trabalho formal na mesma medida que no centro do capital. O autor questiona se falar-se em precarização para esse grupo de trabalhadores é mesmo legítimo, visto que países periféricos, incluindo o Brasil, não vivenciaram um estado de bem-estar social, estando os direitos sociais e trabalhistas restritos a uma parcela de trabalhadores mais qualificados. Isto explicaria, em alguma medida, o fato de o trabalho mediado por plataformas ser visto, pelos trabalhadores, como oportunidade e não simplesmente como alternativa ao desemprego ou como rebaixamento de suas condições históricas de trabalho.

De fato, para a totalidade dessas trabalhadoras e trabalhadores entrevistados, trata-se de uma "oportunidade".

> "Foi uma oportunidade que eu tive de poder trabalhar, porque depois de tantos anos num escritório, eu fiquei desempregada e ninguém mais queria me contratar (...) Eu tinha carteira de motorista e meu carrinho, então foi bastante fácil começar" (Helena).

Com o chamado crowdwork (DE STEFANO, 2016), a dimensão de "oportunidade", que tende a escamotear sua dimensão de precariedade, é mais dissimulada, em razão das características específicas desse "modelo de negócios".

> "Olha. Com base em todos os sistemas que a gente tem hoje, criados para freela, onde eu não consigo me encaixar em nenhum, porque eu acho um absurdo na verdade que seja dessa forma, eu acho muito justo porque lá dentro o que eles fazem? Eles olham as suas qualidades, o seu perfil, seu portfólio, enfim. E se eles acham que você está apto pro trabalho, eles passam o escopo pra você e pedem o orçamento. Então cabe a você dar o valor ao seu trabalho" (Flávio).

Se, de fato, historicamente, as relações laborais na periferia do sistema do capital nunca contemplaram o estatuto dos direitos alcançados nos países centrais, senão para uma pequena parcela da classe trabalhadora, isto não significa que não haja, pois, um rebaixamento dessas relações, ainda que o trabalhador não o perceba assim, frente a sua experiência previamente precária.

Com a mundialização do capital, os países do conjunto do sistema ingressaram em uma nova fase da acumulação, marcada pela redução da margem de viabilidade produtiva do capital que acirrou a contradição fundamental entre capital e trabalho. Além disso, a generalização do capital como modo sociometabólico de reprodução social tornou as economias nacionais ainda mais interligadas, de tal modo que o capital pouco reconhece as fronteiras politicamente determinadas pelos Estados particulares. Assim, a assimetria estrutural determinada pela divisão internacional do trabalho e pelo

lugar que cada formação econômico-social ocupa na estrutura global do capital foi acentuada drasticamente. Simultaneamente, cada movimento ou ação particular no plano político-econômico de cada país ou capital transnacional passou a representar implicações diretas para os demais, tornando o desenvolvimento capitalista nacional, próprio de cada formação histórico-social, mais afetado pelas condições globais do sistema do capital, e aprofundando suas contradições internas. Nesse quadro, os países da periferia do sistema, que na fase de ascensão histórica do capital já apresentavam obstáculos estruturais para a viabilização da acumulação capitalista, manifestados de diversas formas de superexploração do trabalho, ficaram mais vulneráveis pela lei tendencial da equalização descendente da taxa de exploração diferencial evidenciada pela globalização, vendo-se diante da intensificação, em escala exponencial, das formas "flexíveis" de gestão da força de trabalho, e de toda a sorte dos expedientes que já são inerentes ao modo de funcionamento normal do capitalismo periférico (MÉSZÁROS, 2009). Nesse sentido, se a precariedade das relações laborais já integrava a forma de ser do capitalismo periférico, isto não significa que suas condições de existência não possam se agravar – como, aliás, se agravaram.

Relações concretas de trabalho

Desde que as práticas de terceirização ganharam fôlego, há algumas décadas, a estratégia de negação da condição de empregador se tornou comum como forma de desencarregar empresas contratantes de serviços de obrigações trabalhistas, sobretudo após a Lei n° 13.429/2017. Agora, sob a égide da "autonomia", o trabalhador passa a se ver como "empreendedor" de si mesmo, "gestor" do seu próprio trabalho. De fato, os entrevistados – principalmente aqueles com maior escolaridade – salientaram em suas falas o que seria a "positividade" do trabalho subordinado por meio de plataformas digitais quanto à autonomia.

> "Eu sempre trabalhei em fábrica, em fábrica, supermercado [com carteira assinada]. (...) Então é uma coisa assim, você fica ali muito presa, né? Então o Uber te dá essa possibilidade. Como eu tenho filho, às vezes acontece um imprevisto, a gente vai trabalhar mais tarde, às vezes a gente tem alguma coisa pra resolver e a gente desliga o aplicativo e já resolve. Não tem aquela coisa de ficar pedindo autorização pro patrão pra sair e ficar resolvendo algum problema" (Aline).

Percebemos, portanto que o que é novo é a forma de conexão entre os diferentes sujeitos envolvidos nesses processos – trabalhadores, consumidores, empresas intermediárias e produtores – e não exatamente as estratégias de sujeição do trabalhador. A capacidade de regular o próprio trabalho aparece prevalentemente como elemento positivo associado ao trabalho digital, tanto no caso de participantes que tiveram empregos anteriores registrados em carteira de trabalho, quanto para participantes que trabalharam a maior parte de sua vida na informalidade.

Se do ponto de vista formal são agentes econômicos que realizam atividades mediados por uma plataforma digital, esta relação de igualdade entre o trabalhador e a empresa que oferece a plataforma esconde, pois, o processo real de transferência de mais-trabalho. Pode-se, inclusive, pensar em termos daquilo que Marx (2013) formulou acerca da forma de remuneração "por peça", uma variante da forma-salário, ou do salário por tempo, que mede o quantum produzido durante determinado período. É um modo de controle sobre o trabalho que torna a supervisão externa supérflua, já que a qualidade e a intensidade do próprio trabalho são garantidas pelo próprio salário. O trabalhador é quem intensifica seu próprio trabalho e estende sua jornada, pois é deste modo que pode aumentar seus ganhos. Mas, ao fazê-lo, está criando valor para o capital sob a aparência de fazê-lo para si próprio (embora produza também seu "salário").

Estamos diante da consolidação do trabalhador just-in-time.

> Trata-se de trabalhadores disponíveis ao trabalho, mas que são utilizados de acordo com as determinações das empresas. Custos são transferidos para os trabalhadores, postos do trabalho já não são remunerados, o trabalhador passa a ser remunerado estritamente no "tempo efetivo de produção" – termo que aqui emprestamos do Projeto de Lei 3748/2020, que atualmente tramita na Câmara Federal, propondo a perigosíssima instauração do que denomina, com todas as letras de: "regime de trabalho sob demanda" (ABÍLIO; AMORIN; GROHMANN, 2021, p. 39-40).

De alguma forma, isto aparece na fala do trabalhador, ainda que ausente da consciência dos mecanismos de transferência de valor para o capital:

> "O problema do autônomo é que você não só trabalha, mas você tem que vender o seu trabalho. E vender o meu trabalho é a parte mais difícil pra mim [...]. Ah meu! Você precisa estar no Instagram. E pra estar no Insta você tem que postar duas vezes ao dia, todo dia, você tem que engajar, você tem que fazer não sei o quê, pensar na arte e não sei mais o quê. Sabe? Então. Só esse trabalho de mídia é um trabalho imenso pra pesado. Requer muito tempo, desgastantíssimo [...]. Em todo caso, o aplicativo acaba que já faz esse trabalho de venda do meu trabalho" (Bruna).

Essa aparente flexibilidade, associada à escolha de horários, acaba por ser limitada pelos ganhos cada vez menores do trabalho, o que impõe ao trabalhador jornadas, não raro, extenuantes.

> "Eu trabalho todos os dias, dia de domingo, feriado [...]. Agora a Uber "derruba" a gente depois de 12 horas seguidas e volta depois de 6 horas. Mas aí eu vou pra outro aplicativo, pro 88 ou pro 99" (Gabriela).

Na retórica empresarial, as plataformas digitais são comumente chamadas de "novos modelos de negócios", sendo comum por parte dessas empresas o esforço para negar vínculos trabalhistas e reconhecer relações de trabalho formais com estes trabalhadores. Segundo Filgueiras e Antunes (2020, p. 60), "mascarar e, assim, negar o que efetivamente significam têm sido um ingrediente central para o dito sucesso das plataformas e aplicativos". É por meio da ausência de nitidez de propósitos, do enevoado das relações que estabelecem e do cínico discurso que essas empresas mascaram as relações de trabalho. E a negação do assalariamento é, pois, o elemento central do discurso desses "modelos de negócios" que têm como objetivo "conectar clientes e prestadores de serviços". É na "aparência de maior autonomia (...) que o capital busca, de fato, ampliar o controle sobre o trabalho para recrudescer a exploração e a sujeição" (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020, p. 60).

No trabalho subordinado por meio de plataformas digitais essa negação se expressa concretamente em termos da impessoalidade.

> "Tem os canais online [para reclamar dos pagamentos]. Toda cidade grande tem um lugar da Uber para você ir e resolver problema. Os outros, é tudo via site, via e-mail e via aplicativo e as três vias são uma m*. Uma m*, m*. Eles demoram a vida inteira pra responder e geralmente respondem uma coisa que não tem nada a ver com o que você perguntou, tá ligado? Bem atendimento de TI mesmo? Sabe, de telemarketing? [...] Dá até saudade de ter gerente. Tem alguém pra quem eu possa reclamar, por favor?! (risos)" (Bruna).

A responsabilidade em dispor do ferramental necessário para o trabalho também é uma importante dimensão da negação das relações laborais.

> "Aí nessa, a gente rapou todas as nossas economias, tudo que eu tinha da minha previdência privada, as previdências que a gente estava fazendo para as crianças. A gente rapou tudo e comprou um carro pra mim. Tinha que ser um carro que atendesse Uber, ou seja, tinha que ser um carro novo, tem que ter ar condicionado, tem que ter, né? Blá blá blá, um monte de coisas. Difícil de achar um carro barato, usado, que atenda Uber, mas conseguimos, graças a Deus! Daí eu comecei a rodar de Uber com esse carro no meu nome mesmo e daí mudou tudo, né? Seguro pra Uber, não sei mais o quê..." (Bruna).

Conforme Abílio, Amorin e Grohmann (2021, p. 38-39), o fato é que:

> [...] as empresas têm sido bem-sucedidas em monopolizar setores de atuação e controlar enormes contingentes de trabalhadores. A própria relação de subordinação se informaliza. Essa informalização envolve a perda de predeterminações claras ou estáveis sobre a jornada de trabalho, sobre a distribuição do trabalho e até mesmo sobre sua precificação. Empresas, hoje, batalham para serem reconhecidas como mediadoras, comumente se definindo como empresas de tecnologia: assentam-se na defesa de uma neutralidade técnica, apresentam-se como meramente responsáveis por prover o encontro mais eficiente entre oferta e procura. Entretanto, elas detêm o poder de definir as regras do jogo sem fixá-las: determinam como opera a distribuição do trabalho, sua precificação, quem será incorporado e, também, quem é

> desligado ou bloqueado nas plataformas. Os critérios não são claros e podem nem mesmo ser mapeáveis, mas estão permanentemente presentes. Esses integram o gerenciamento algorítmico: por meio de mecanismos automatizados – mas humanamente programados – realiza-se o acesso, a distribuição e a precificação do trabalho. Essa programação envolve ranqueamentos, oferta de bonificações, punições – elementos que materializam os meios de controle do trabalho.

Os mecanismos de subsunção real do trabalho ao capital, no entanto, acabam por aparecer quando observamos falas como a que segue:

> "E assim, outra coisa, se jogar uma corrida pra você e você não aceitou, eles vão jogar menos corrida. Se você cancelou 3 corridas seguidas, eles te colocam numa pausa, tipo cartão amarelo e você fica 45 minutos sem receber nada. Então são uns bagulhos assim, entendeu? Então quem pega pra ser Uber mesmo, muito pesado, fala: 'é extremamente estressante'. Porque ele te dá, tipo, 15 segundos pra aceitar a chamada. Se você não aceitar, eles vão jogar pra outro. E se você não ficar aceitando o tempo todo, você vai receber cada vez menos. Então tem gente que não para pra beber água, tem gente que não para pra ir no banheiro, tem gente que não para pra almoçar" (Bruna).

Marx (2004) compreendeu a subsunção do trabalho no capital como um processo distinto da "submissão", uma vez que a sujeição do trabalho, seja formal, seja real, expressa, justamente, a constituição do capital pelo trabalho. Conforme salientaram Antunes e Alves (2004), o modo de produção capitalista pressupõe a captura da subjetividade do trabalhador, algo que, sob o fordismo, se realizava de modo bastante incipiente, ou "meramente formal". Com o toyotismo, e as formas "flexíveis" de gestão da força de trabalho, esse processo tende a ser "real". Isto porque o toyotismo instaura uma espécie de inserção engajada do trabalhador na produção do capital; é um impulso da captura integral da subjetividade do sujeito que, sob esse "novo modelo de negócios", tende a ser ainda mais intenso. Não à toa, Abílio, Amorin e Grohmann (2021) chamam de autogerenciamento subordinado:

> [...] apesar de se falar de gerenciamento algorítmico, trabalho just-in-time, aplicativos e plataformas digitais, software de monitoramento e controle do trabalho, inteligência artificial [...], ainda se trata, basicamente, de uma produção de tipo cooperativa-industrial. Isto é, um tipo de produção que organiza uma massa de trabalhadores e trabalhadoras – seja em um formato de organização pela dispersão (Harvey, 1992), ou em um mesmo local de trabalho –, extraindo dessa articulação de trabalhos, e com base em uma persistente subordinação classista, trabalho não pago. Esta subordinação se dá através de um meio de produção que permite a imposição de formas de trabalho – (auto)gerenciamento, controle e monitoramento (algorítmico) –, de recrutamento (aleatório ou não), de adesão ou desligamento, de conduta e de comportamento empreendedor. Ou seja, um tipo de produção na qual o trabalhador, individual ou coletivo, não interfere diretamente no "quê" e no "como" se produz, seja uma mercadoria tangível ou intangível, seja um serviço que se realiza remota ou presencialmente" (ABÍLIO; AMORIN; GROHMANN, 2021, p. 43-44).

Precariedade e precarização

Segundo Alves (2007), tratar de precariedade e precarização requer aprofundamento teórico de modo a entender a dinâmica destes dois fenômenos. Para o autor, "a precariedade no mundo do trabalho é uma condição histórico-ontológica da força de trabalho como mercadoria" (ALVES, 2007, p. 113). A precarização, por seu turno, é uma forma de ser da precariedade, podendo assumir dimensões tanto objetivas quanto subjetivas. Conforme Druck (2013), a precariedade tem se expressado, pelo menos desde a década de 1990 no Brasil, principalmente por alterações nas formas de organização do trabalho, pelo desmonte da legislação trabalhista, pelo estrangulamento dos sindicatos e pela atuação limitada das instituições públicas. Em tempos relativamente mais recentes, em que a uberização se apresenta como um modelo de organização do trabalho que vai se ramificando por distintos setores do mundo do trabalho, os principais elementos da precarização se traduzem em trabalho intermitente e informal (ANTUNES, 2020). Em algumas falas é possível notar a percepção da precariedade como intrínseca às relações de trabalho, mas não necessariamente acompanhada de uma associação com a precarização.

> "É um sistema pautado em moldes capitalistas e tipo, o objetivo dele é lucrar. E ele só vai conseguir lucrar em cima de outras pessoas. No caso, se os motoristas não estivessem sendo minimamente explorados, a Uber não estaria rica. Basicamente é isso. Ele não é justo por essência. Agora, dentro desses moldes, em termos do que ele pode fazer pelo seu colaborador, é... (pensa), eu acho que [a Uber] até não é das piores" (Bruna).

De fato, o processo de precarização decorrente da uberização não é homogêneo e varia de acordo com o escopo, propósito e tamanho das plataformas. A partir das entrevistas foi possível perceber que o poder de barganha dos trabalhadores aumenta na medida em que a influência dos algoritmos – ou do controle do capital – diminui. Esse é o caso do participante Flavio, por exemplo, que trabalha como designer gráfico e consegue negociar o valor que considera justo pelo seu trabalho diretamente com a plataforma.

> "Bom, basicamente eles criam um banco de profissionais lá dentro e fazem de duas formas: ou eles pegam um projeto com cliente ou alguma marca e tal e daí eles selecionam os designers e os conteudistas que vão fazer o projeto [...] ou a própria empresa interessada pode contratar um profissional cadastrado lá dentro e eles não interferem na negociação. [...] Eu só faço do primeiro jeito. [...] Eu já neguei alguns trabalhos, não foram muitos porque sempre a gente conseguiu chegar num acordo, mas já neguei alguns porque era uma coisa muito absurda que a pessoa queria com um valor mega mega mega baixo. Eu falei: 'não, não tem condições, desculpa. Pra mim, não vale nem um pouco à pena pegar esse projeto'. E eles: 'não, tudo bem'. E seguimos a vida. Aparecia outro, eles me mandavam: 'esse aqui tá um pouco melhor'. E eu: 'que bom, então vamos lá'" (Flavio).

O poder de barganha já não aparece ao examinarmos relatos da Uber e Ifood, por exemplo, que trabalham com alta demanda e com um grande número de trabalhadores cadastrados.

> "As taxas da Uber são voláteis, né? Elas vão depender de quantos carros estão atendendo a sua região, da demanda da sua região, vai depender do dia da semana, vai depender do horário, vai depender de um milhão de coisas. E quem tem o controle sobre isso é só a Uber. A gente não tem controle, a gente não negocia valores" (Bruna).

Um outro elemento frequentemente relatado é o da intermitência, característica encontrada no trabalho subordinado por meio de plataformas digitais e apontado por Antunes (2020) como principal impulsionador da precarização do trabalho. É possível notar que a intermitência provoca, em geral, a subocupação com consequente aumento das jornadas de trabalho ou o acúmulo de trabalhos informais.

> "A Rappi tá com um negócio aí de agendamento. Tem que agendar. Se a gente não agenda nada toca. Teve um dia que passei com o app ligado umas dez horas seguidas e nada de tocar. Só jogam pedido pro Rappi Food. A gente tem que correr pros outros [aplicativos]" (Caio).

Interessante notar o que aconteceu com a chegada do Ifood em uma cidade no interior de Minas Gerais, com uma tradição manifesta de trabalho de mototaxistas e motoentregadores: muito embora a informalidade e a intermitência já estivessem presentes no dia-a-dia desses trabalhadores, a subordinação por meio da plataforma contribuiu para uma precarização ainda mais intensa das condições de trabalho.

> "Antigamente era melhor. A gente juntava com uma galera em uma central e ficava aqui, tranquilo, às vezes vendo uma televisão, conversando, esperando uma chamada. E tinha chamada pra todo mundo. Ganhava R$5, R$6 por uma entrega ou por uma corrida. Agora, com esse negócio de cadastro no Ifood tem motoqueiro aí que nem tem onde ir no banheiro. Fica na praça esperando corrida, e às vezes pra ganhar R$3. R$3, você acredita? Tudo subiu e o ganho da gente diminui. O que que é R$3?" (Élcio).

No que tange ao processo de precarização, são comuns ainda os relatos que apontam o sentimento de exploração (relato do Daniel), a subocupação, a renda insuficiente, as super jornadas de trabalho (primeiro relato da Aline), o estresse relacionado ao dia-a-dia de trabalho, a ausência de descanso (segundo relato da Aline), a necessidade de férias e questões de saúde e insegurança associadas ao trabalho (relato do Caio).

> "A gente trabalha o tempo todo entregando comida com segurança na casa das pessoas nessa época aqui de pandemia e ninguém pensou em colocar a gente como prioritários pra vacinar" (Daniel).

> "Geralmente eu vou até umas 18:30/19:00. Trabalho na faixa de umas 11, 12 horas por dia. Às vezes, como a gente anda muito, né? Às vezes eu passo perto da minha mãe na hora do almoço, daí eu dou uma meia horinha lá, pra almoçar, mas já volto... ou quando estou perto de casa mesmo. Mas quando tá corrido, às vezes eu nem paro pra almoçar, como alguma coisa no carro, sempre tem uma bolachinha, né? A gente sempre precisa carregar uma coisinha pra alguma emergência. Sempre tem no carro" (Aline).

> "Tava trabalhando todo dia. Daí eu pensei: 'eu preciso tirar um tempo mais pra mim, não é só trabalho'. E aí agora eu tiro o domingo de folga" (Aline).

> "Eu peguei covid no ano passado. Mandei um e-mail falando que fui contaminado, pensando que eles iam avisar os clientes que eu tinha feito entrega. Sabe o que fizeram? Me bloquearam. Entrei no aplicativo duas horas depois e tava bloqueado. Depois pelo que fiquei sabendo, eles estavam fazendo isso geral. Se pegar de novo, nem aviso mais" (Caio).

As falas indicam que a autonomia, que num primeiro momento aparece como qualidade positiva desta forma de trabalho, vai dando lugar à penosidade do trabalho, expressa pela ausência de horários fixos e descanso semanal, jornadas extensas e intensas, formas de controle rígidas sobre o trabalho, entre outras características.

Estratégias de enfrentamento

Dejours (1999), em seus estudos na área da Psicodinâmica do Trabalho, apontou uma importante dimensão do trabalho, o "estranho silêncio", em que a "banalização da injustiça social" dificulta a percepção ou a consciência acerca das situações críticas vivenciadas no âmbito do trabalho.

> "Então... Eu tive um acidente e informei a Uber. Eu mandei um e-mail pra eles no dia do acidente e não responderam. Nada de responderem. Daí eu melhorei e voltei. Tem casa, aluguel, conta pra pagar porque as contas chegam, né? Então tá ótimo. Tô pagando as contas, tô vivendo" (Caio).

> "Então assim, eu não tinha nenhuma segurança na Uber. Mas é que assim... Quando você está empregado, você também não tem muita [segurança]. Você pode ser demitida a qualquer momento, né? Eu passei por isso. Eu tava lá, feliz, contente, aí um dia eu recebi um 'você está demitida'. E eu: 'então tá bom'" (Bruna).

No entanto, conforme o mesmo autor, à medida em que os elementos de exploração passam a ser percebidos com maior nitidez, as estratégias de enfrentamento, por seu turno, se tornam mais comuns.

> "Então, por exemplo, eu fechei alguns mensais com algumas amigas minhas. Então eu ia buscar na escola e tinha horário certo, eu já tava autorizada na escola, fazia todo dia a mesma coisa. E me pagavam mensal, por fora. Daí não tinha a taxa da Uber. Só que aí, por exemplo, chegou férias escolares. F*! Não tinha nada pra fazer, então são dois meses que são os dois meses de mais gastos, querendo ou não. Daí tinha que voltar pro aplicativo" (Bruna).

Essas estratégias, embora no mais das vezes se deem no campo individual, eventualmente também se traduzem como estratégias coletivas, como é o caso dos motoentregadores, que vêm se mobilizando no sentido de conseguir melhores condições de trabalho. Um desses movimentos, com presença marcante em todo o país, é chamado de Entregadores Antifascistas e aponta para uma direção de maior consciência e mobilização coletiva: "desconstruir a narrativa do empreendedorismo pregado pelas plataformas digitais ao se afirmarem como trabalhadores e sujeitos de direitos (...)".

Afirmam ainda que buscam realizar "uma política a partir de baixo e sem romantizar soluções milagrosas que não se aproximam do cotidiano das periferias" (ENTREGADORES ANTIFASCISTAS, 2021, não paginado). Tal consciência da situação de exploração do trabalho aparece principalmente nas falas dos entregadores entrevistados da cidade de São Paulo.

> "É igual aquele cara do movimento falou lá, tá ligado? Tá cheio de gente precisando, um monte de gente sem trabalho e daí a gente vai sendo encurralado a aceitar tudo, sabe? A gente não é escravo. A gente tá é encurralado. Não tem regulamentação pros caras. Daí eles fazem o que querem: bloqueiam, suspendem, diminuem as taxas (...). São um bando de raposas" (Daniel).

Assim, se esses "novos modelos" vêm ditando uma dinâmica de trabalho com características particulares, muitas vezes os trabalhadores lançam mão desses próprios modelos para estabelecer e adaptar suas estratégias de enfrentamento. São comuns, nesse sentido, a busca por alternativas ao monopólio de grandes plataformas digitais. Mais recentemente, o Digilabour – laboratório de pesquisa ligado à Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) – vem trabalhando na criação e manutenção do Observatório do Cooperativismo de Plataforma, que busca mapear plataformas digitais controladas por trabalhadores ou por comunidades locais pautadas em princípios de trabalho decente, processos de decisão coletivos e manipulação de dados para o bem comum, e que vem sendo conhecido por cooperativismo de plataforma.

CONCLUSÃO

Este trabalho buscou apresentar os resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi ouvir trabalhadoras e trabalhadores acerca de suas atividades laborais, subordinadas por meio de plataformas digitais, em diferentes localidades do país. A pesquisa envolveu oito sujeitos, buscando as dimensões subjetivas do trabalho e, por meio da análise temática, abordou questões relacionadas ao trabalho como "oportunidade"; as características concretas das relações laborais; a precariedade e a precarização e as estratégias de enfrentamento buscadas no plano individual e coletivo.

Considerou-se aqui a dimensão subjetiva do trabalhador, sua percepção ou mesmo consciência acerca das relações laborais, como parte fundamental dos próprios processos de precariedade e precarização vigentes. Conclui-se que, se características identificadas, inicialmente, como "oportunidade" e "autonomia" do trabalho mediado por plataformas digitais tendem a aparecer como qualidade positiva desta forma contemporânea de relações laborais, as jornadas extenuantes, associadas a baixos ganhos financeiros revelam o contraditório do trabalho na percepção do trabalhador acerca da processualidade concreta, objetiva e subjetiva, que o envolve.

Cumpre destacar que, por se tratar de pesquisa qualitativa que buscou ouvir algumas entre as muitas vozes do trabalho digital, outros temas e problemas podem emergir em outras pesquisas que analisem outras realidades e trabalhadores mediados por plataformas distintas daquelas aqui analisadas, dado, inclusive, a realidade dinâmica do processo de uberização. A despeito disso, o que se pode afirmar, com segurança, é que os modelos de trabalho aqui apresentados impactam sobremaneira não apenas a forma de ser das relações imediatas do mundo contemporâneo do trabalho, mas seu modo de perceber a si mesmo como classe do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Revista Psicoperspectivas: individuo y sociedad**, v. 18, n. 3, p.1-11, 2019.

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 57, p. 26-56, ago. 2021. https://doi.org/10.1590/15174522-116484.

ABRAMOVAY, Ricardo. O fim do trabalho. Entre a distopia e a emancipação. **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, p. 139-149, jan/abr. 2021. https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2021.35101.010.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. Ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007, 288p.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Uberização, Trabalho digital e Indústria 4.0**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 11-22.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000200003

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. **Successful Qualitative Research**: a practical guide for beginners. London: SAGE Publications Ltd, 2013. 382 p.

DEJOURS, Chistopher. **A Banalização da Injustiça Social**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DE STEFANO, Valerio. **The rise of the just-in-time workforce: on-demand work, crowdwork and labour protection in the "gig-economy"**. Conditions of Work and Employment Series No. 71. Genebra: International Labour Organization (ILO), 2016.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 55-73.

ENTREGADORES ANTIFASCISTAS. **A luta é todo dia**. 2 de junho de 2021. Instagram: @entregadores_antifascistas. Disponível em: <https://instagram.com/entregadores_antifascistas>. Acesso em: 10 out. 2021.

FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Uberização, Trabalho digital e Indústria 4.0**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2020, p. 59-78.

FIRMIANO, Frederico Daia; TEIXEIRA, Paula Maria Rattis. A classe trabalhadora brasileira na pandemia do novo coronarívus. In: NOGUEIRA, Silas; SOUZA, Wlaumir Doniseti (orgs.). **Cultura e diversidade na resistência ao retrocesso**. 1. Ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2021, p. 19-43.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**: divulgação mensal - trimestre móvel janeiro a março de 2021. Rio de Janeiro,

2021.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital**: capítulo VI inédito de O capital, resultados do processo de produção imediata. 2 Ed. São Paulo: Centauro, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 3ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

SANTOS, Marcelo. No Brasil, trabalho de plataforma como sinônimo de precarização é discurso de classe. **Contracampo – Brazilian Journal of Communication**, v. 39, n. 2, p. 94-115, ago./nov. 2020. http://doi.org/10.22409/contracampo.v39i2.38574.